



A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS GÊNEROS TEXTUAIS: DOS PCN À BNCC

THE PEDAGOGICAL PRACTICE OF TEXTUAL GENRES: FROM PCN TO BNCC

LA PRÁCTICA PEDAGÓGICA DE LOS GÉNEROS TEXTUALES: DEL PCN AL BNCC

Emanuele Solange de Oliveira Brito



Mestranda em Ensino

(IFMT/UNIC)

Professora na Rede Estadual de Mato Grosso

manusoll1986.mo@gmail.com

Claudia Lucia Landgraf Valério



Pós-Doutorado em Educação pela UCDB - MS (2020)

Professora no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)

Docente na Pós-Graduação -

Mestrado em Ensino

(IFMT/UNIC)

claudia.valerio@cba.ifmt.edu.br

Resumo

O presente artigo busca realizar uma análise sobre as transformações das práticas pedagógicas em relação aos gêneros textuais com base nos documentos oficiais. Para a realização desta análise, utilizamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde investigamos as concepções teóricas que endossam a noção de gêneros textuais nestes documentos. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica. Os resultados obtidos demonstram que o trabalho proposto com gêneros textuais obteve avanços nos documentos oficiais que regem a educação brasileira do ponto de vista teórico. Concluímos que para que o ensino crítico de gêneros textuais se efetive no quadro da educação básica é necessário engajamento e embasamento teórico dos profissionais da educação subsidiando uma atuação efetiva.

Palavras-chave: Documentos Oficiais. Gêneros Textuais. Língua Portuguesa.

Recebido em: 14 de setembro de 2021.

Aprovado em: 15 de janeiro de 2022.

Como citar esse artigo (ABNT):

BRITO, Emanuele Solange de Oliveira; VALÉRIO, Claudia Lucia Landgraf. A prática pedagógica dos gêneros textuais: dos PCN à BNCC. **Revista Prática Docente**, v. 7, n. 1, e003, 2022. <http://doi.org/10.23926/RPD.2022.v7.n1.e003.id1325>



Abstract

The present article seeks to perform an analysis on the transformations of pedagogical practices in relation to textual genres based on official documents. To perform this analysis, we used the National Curriculum Parameters (PCN) and the Common National Curriculum Base (BNCC), where we investigated the theoretical conceptions that endorse the notion of textual genres in these documents. The methodology used was bibliographic research. The results obtained show that the proposed work with textual genres has obtained advances in the official documents that govern the Brazilian education from the theoretical point of view. We conclude that for the critical teaching of textual genres to take place in the framework of basic education it is necessary engagement and theoretical basis of the education professionals subsidizing an effective performance.

Keywords: Official Documents. Textual Genres. Portuguese Language.

Resumen

El presente artículo pretende realizar un análisis sobre las transformaciones de las prácticas pedagógicas en relación con los géneros textuales basados en documentos oficiales. Para realizar este análisis, utilizamos los Parámetros Curriculares Nacionales (PCN) y la Base Curricular Nacional Común (BNCC), donde investigamos las concepciones teóricas que avalan la noción de géneros textuales en estos documentos. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica. Los resultados obtenidos muestran que el trabajo propuesto con los géneros textuales ha obtenido avances en los documentos oficiales que rigen la educación brasileña desde el punto de vista teórico. Concluimos que para que la enseñanza crítica de los géneros textuales tenga lugar en el marco de la educación básica es necesario el compromiso y la base teórica de los profesionales de la educación subvencionando una actuación eficaz.

Palabras clave: Documentos oficiales. Géneros Textuales. Lengua Portuguesa.



1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os gêneros discursivos e textuais têm atravessado muitas discussões no âmbito acadêmico nas mais diversas áreas relacionadas à linguística. Neste contexto, emergem pesquisas que tratam da linguagem, suas concepções teóricas e práticas, e os gêneros textuais como objeto das mais diversas análises têm recebido destaque nas aplicações pedagógicas no ensino de diferentes áreas de conhecimento.

Diante deste contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as perspectivas teóricas e a discussão dos pressupostos que envolvem os gêneros textuais nos documentos oficiais. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), os documentos oficiais de ensino do Brasil são: as Diretrizes e Bases da Educação (LDB Nº 9.394/96), o Plano Nacional para a Educação Básica (PNE), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Cabe-nos pontuar que os documentos oficiais constituem as políticas educacionais, pois podem ser considerados como o guia maior das diferentes atividades educacionais no Brasil” (BRONCKART; MACHADO, 2004, p. 140). Pretendemos também analisar os avanços e retrocessos que se inscrevem na abordagem teórica sobre gêneros textuais nestes documentos: especificamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Admitindo que o trabalho com gêneros textuais no processo pedagógico se configura como uma prática significativa nas aulas de Língua Portuguesa, consideramos que este estudo se justifica ao propor uma análise sobre o que vem sendo proposto para orientar e sistematizar as práticas de ensino em termos de políticas educacionais na educação básica, e como é orientada a devida importância do ensino crítico de gêneros discursivos ao longo dos desdobramentos das referências e orientações pedagógicas na realidade educacional em nosso país. A partir deste entendimento, a questão que norteia este estudo é: como os PCN e a BNCC abordam os gêneros textuais?

O avanço acelerado da sociedade técnica informacional, trouxe ao mundo uma nova maneira de pensar e agir, proporcionando uma gama de novos questionamentos sobre a arte de ensinar. Os teóricos envolvidos nesta discussão mencionam muitos caminhos de superação sinalizando vertentes, que parecem essenciais na busca por uma nova educação.

Para Morin (2001), os saberes são fundamentais para a educação do futuro, afirmando que a educação depende desta combinação a qual deveria ser tratada em toda a sociedade e em



toda cultura. Essa prerrogativa não deve ser entendida como uma norma para ser aplicada nas instituições de ensino, mas são inspirações que motivariam o educador a repensar seu posicionamento na docência, na relação com os outros alunos, com os programas de ensino e sua relação com o processo de avaliação.

Entre esses pilares, os princípios do conhecimento pertinentes apontam a necessidade de produzir o conhecimento capaz de apreender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos locais, dando aos estudantes capacidade de entender, resolver e se posicionar frente aos problemas do seu cotidiano próximo ou ao mundo do trabalho.

Ao pensar no contexto escolar, as práticas pedagógicas de professores e o uso de gêneros textuais nas aulas, as reflexões de Marcuschi nos alerta para duas situações: o cuidado de não confundir texto e discurso como se fossem a mesma coisa, e também o fato de que geralmente nos livros didáticos e no senso comum, tipos de texto são geralmente assemelhados a gêneros de texto, esclarece para o fato de que em todos estes gêneros também se está realizando tipos textuais, podendo ocorrer que o mesmo gênero realize dois ou mais tipos. (MARCUSCHI 2005, p. 5).

Ao abordar especificamente gêneros textuais e ensino, Marcuschi (2005) evidencia a importância sobre a necessidade de maior conhecimento do funcionamento dos gêneros textuais tanto para a produção como para a compreensão. Tomando como referência a questão da relação oralidade e escrita, nos mostra como o desenvolvimento de um trabalho pedagógico adequado pode levar os alunos a produzirem ou analisarem diversos eventos linguísticos, tanto escritos como orais, e identificarem as características de gênero em cada um, além de estimular e exercitar a prática da produção textual, ou seja, uma oportunidade singular de se relacionar e compreender a língua em seus diversos usos. (MARCUSCHI,1998)

Ao analisar estes documentos, que fazem parte de políticas educacionais, nos cabe pontuar teoricamente o que são políticas públicas educacionais, pois assim como o entendimento de política pública, se relaciona com o poder de participação do povo nas decisões relacionadas à cidade, ao território, Estado, e de acordo com Azevedo (2003, p. 1): política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

Na área da Educação, podemos conceituar a definição de política pública educacional de acordo com a definição de Oliveira (2010):

[..] é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer



que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar. (OLIVEIRA, 2010, s/p)

De acordo com Pretto (2006), o sistema de educação nacional vem sofrendo intensas transformações, que acabam por desarticular as políticas públicas educacionais e pautá-las em uma perspectiva liberal, pois cada vez mais o sistema educacional brasileiro tem sentido as fortes marcas das entradas e investidas dos interesses do sistema privado. Além disto, o investimento em educação vem crescendo e os resultados pouco aparecem, pois ainda observamos um país em que as desigualdades sociais e educacionais permanecem.

Os interesses que estão expressos nas políticas educacionais atuais, como a BNCC, se pautam no capitalismo, e na perspectiva de uma educação voltada para o mercado de trabalho, pois o que podemos observar atualmente é que as políticas educacionais em vigor apresentam uma proposta articulada para melhorar o acesso, a equidade e a qualidade dos sistemas escolares, nos países em desenvolvimento.

Embora se reconheça que cada país e cada situação concreta requerem especificidade, “trata-se de fato de um “pacote” de reforma proposto aos países em desenvolvimento que abrange um amplo conjunto de aspectos vinculados à educação, das macros políticas até a sala de aula.” (TORRES, 2000, p.126). Sabemos que a educação se constitui como um dos elementos dos mais importantes de uma nação, tendo em vista que a educação, além de capacitar os indivíduos para o mundo do trabalho, contribui com o processo de cidadania e democracia.

Neste contexto, o trabalho com gêneros textuais se apresenta como uma possibilidade na construção de desenvolver habilidades para formar indivíduos críticos e reflexivos, para participarem de forma ética e cidadã em uma sociedade democrática. Oliveira (2009) nos aponta que compreender políticas públicas é um exercício bastante significativo para a compreensão dos mecanismos que subjazem às ações desenvolvidas em diferentes âmbitos que se configuraram na área de Educação no Brasil.

Sendo assim, pretendemos investigar como a concepção teórica sobre gêneros textuais é tratada nestes documentos. Quanto aos procedimentos, este artigo se define como pesquisa bibliográfica, em que foi possível localizar e reunir contribuições científicas realizadas no passado sobre a temática (LAKATOS; MARCONI, 2001) e nos possibilitou entrar em contato direto com parte do material escrito sobre o assunto, nos auxiliando na análise e na manipulação de informações.



Para tal investigação, este artigo está dividido em três partes. Inicialmente nos dedicamos a conceituar da perspectiva teórica os gêneros textuais. Em seguida, buscamos analisar como estas perspectivas teóricas se inscrevem nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular.

2 CONCEITUANDO OS GÊNEROS TEXTUAIS

Segundo Barros e Nascimento (2005, p. 245), o trabalho com gêneros textuais nos “permite compreender os enunciados como fenômenos sociais concretos e únicos, constituídos historicamente nas atividades humanas.”

Partindo da premissa da indissociabilidade nas relações entre linguagem e sociedade, segundo autores como BAKHTIN (2004), BRONCKART (2003), MARCUSCHI (2005), SCHNEUWLY; DOLZ (2004) é possível notar a importância da relação entre os gêneros do discurso em sua esfera de produção.

Primeiramente nos cabe pontuar que as reflexões em torno de gêneros discursivos datam antes da escola existir como instituição formal como existe na Contemporaneidade, pois desde a Antiga Grécia, Aristóteles já afirmava que o discurso é fundamental como elemento para estabelecer uma relação entre orador e ouvinte, e que ainda há uma forte relação entre retórica e cidadania.

Para fins de classificação de gêneros textuais, é necessário pontuar que depende da abordagem selecionada: a abordagem retórica, a abordagem literária, e a abordagem bakhtiniana, a qual julgamos adequada para nossa proposta, pois partimos da compreensão do estudo da linguagem em sua dimensão discursiva, que se caracteriza pelo seu caráter prático/reflexivo da linguagem e de seus usos sociais. (MAGALHÃES et al, 2017, p. 10)

Ao afirmar que ser é comunicar-se dialogicamente, Bakhtin nos convida a refletir sobre a linguagem humana a partir da definição de conceitos, noções e categorias de análise linguística, que levam em consideração os discursos cotidianos, artísticos, científicos e institucionais. A língua como um constante processo de interação é mediada pelo diálogo, é elucidada nas ideias de Bakhtin, e nos revela elementos importantes como a ideologia e o contexto social, pois para o renomado autor, a língua só existe pelo uso que fazemos dela em situações formais e informais de comunicação.

A partir deste entendimento, podemos apontar que Bakhtin situa a relação entre locutor e interlocutor de forma dialógica, ou seja, um processo de interação que é mediado pela linguagem que ocorre em contextos específicos.



Cabe-nos pontuar que as reflexões de Bakhtin sobre a linguagem se inserem na perspectiva da filosofia materialista, que nas palavras de Campos (2016), é elemento fundamental na interação entre sujeitos social e historicamente situados. Em outras palavras, o sujeito se constitui na e pela linguagem, através da interlocução que estabelece com o outro.

Este contexto enunciado por Bakhtin é estabelecido no momento em que os participantes estão em condição de igualdade, pois suas reflexões se constroem em oposição crítica às primeiras concepções de linguagem que eram estanques e de certo modo conservadoras. Podemos observar esta postura crítica no pensamento de Bakhtin quando afirma que “a língua vive e evolui historicamente na comunicação concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua, nem no psiquismo individual dos falantes” (BAKHTIN, 2010, p. 127)

Nosso diálogo com Bakhtin ao abordar os gêneros textuais se justifica pela sua conduta inovadora frente ao tema, pois propõe a classificação dos gêneros conforme seu uso interacional, ou seja, de acordo com o uso da linguagem, e julgamos conveniente tomá-lo como concepção teórica para este estudo que envolvem os documentos oficiais.

3 OS GÊNEROS TEXTUAIS NOS PCN

Os Parâmetros Curriculares Nacionais surgem como política pública educacional em 1998, fruto de um intenso debate e correlação de forças em um momento social e político do país em que os avanços dos projetos liberais da educação se avizinhavam.

O documento foi organizado e sistematizado pela extinta Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (MEC), que em suma especifica a proposta de reorientação curricular para os anos finais do ensino fundamental, no intuito de apoiar as discussões no desenvolvimento do projeto educativo das escolas, apoiar reflexão sobre a prática pedagógica, o planejamento das aulas, e também contribuir como suporte na análise e seleção de materiais didáticos. (BRASIL,1998)

É importante ressaltar que o documento elenca como princípios o respeito às diversidades regionais, culturais e políticas existentes no Brasil, considerando a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. (BRASIL,1998)

Em sua estrutura, traz como objetivos gerais do Ensino fundamental diversos temas transversais como ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho



e consumo. As disciplinas são descritas como áreas, definindo objetivos, conteúdos, critérios e orientações didáticas para cada uma, de acordo com os ciclos do ensino fundamental.

Na apresentação da área de Língua Portuguesa, o ensino e natureza da linguagem é abordada a partir de uma perspectiva reflexiva sobre cidadania, que relaciona o domínio da língua (a concebendo como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística) e da linguagem (a concebendo como atividade discursiva e cognitiva) como elementos condicionantes para a participação social. (BRASIL,1998)

Em outros termos, identifica os usos da linguagem pela atividade social que lhes dá visibilidade, ampliando a concepção da linguagem para além das regras morfosintáticas, para concebê-la como uma forma de estar no mundo, um modo de agir sobre si e sobre os outros e, assim, produzir significado. (MOTTA-ROTH,2010)

O documento, ao admitir que, pela linguagem se expressam ideias, pensamentos e intenções, se estabelece relações interpessoais anteriormente inexistentes e se influencia o outro, alterando suas representações da realidade e da sociedade e o rumo de suas (re)ações, traz uma concepção de gênero textuais intrinsecamente relacionada com a noção de discurso e suas condições de produção. (BRASIL,1998)

O termo gênero aparece nos PCN de duas formas. A primeira como "Gêneros privilegiados para a prática de escuta e leitura de textos" e na segunda como "Gêneros sugeridos para a prática de produção de textos orais e escritos"(BRASIL,1998, p. 57). Antes de descrever o termo gênero, o documento esclarece que:

[...] foram priorizados aqueles [gêneros] cujo domínio é fundamental a efetiva participação social, encontrando-se agrupados, em função de sua circulação social, em gêneros literários, de imprensa, publicitários, de divulgação científica, comumente presentes no universo escolar (BRASIL,1998 p. 53)

A prática pedagógica do ensino de Língua Portuguesa como língua materna nos Parâmetros Curriculares Nacionais revela um novo olhar sobre os gêneros textuais, pois ao formular diretrizes para esta área, podemos inferir que as “práticas pedagógicas dos gêneros textuais apresentam uma perspectiva centrada em uma concepção representativa, dialógica, social e interacional da linguagem, na qual o texto e os gêneros discursivos assumem papéis principais.” (CORTEZ, 2010, p.22)

Na visão de Cortez (2010), as teorias de gêneros discursivos que se aliam às propostas encontradas nos PCN de Língua Portuguesa se relacionam com a concepção de gênero como forma de inclusão e participação ativa do indivíduo na sociedade. A mesma autora identifica ainda que os gêneros como objeto de ensino ilustrados nos PCN expressam uma visão



bakhtiniana da linguagem em sua estruturação teórica. Corroboramos a visão da autora, ao identificarmos no fragmento do documento a expressão sobre atividade discursiva, que considera o contexto histórico e as condições de interlocução na produção dos discursos, como podemos observar:

O discurso, quando produzido, manifesta-se linguisticamente por meio de textos. O produto da atividade discursiva oral ou escrita que forma um todo significativo, qualquer que seja sua extensão, é o texto, uma sequência verbal constituída por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência. Em outras palavras, um texto só é um texto quando pode ser compreendido como unidade significativa global. Caso contrário, não passa de um amontoado aleatório de enunciados. (BRASIL, 1998, p. 19)

Ao admitir que a produção de discursos se manifesta linguisticamente por meio de textos, o documento admite a compreensão do texto por meio da unidade significativa global. Essa abordagem teórica, que conduz a uma nova perspectiva de tratamento de interações pela linguagem, na visão de Rodrigues (2002, p. 23), “é adotada nos PCN em substituição a taxonomia tradicional, a trilogia clássica conhecida e praticada na escola: narração, descrição e dissertação.”

Em relação às orientações para as práticas pedagógicas, os PCN, na visão de Segate (2010), trazem uma defesa dos gêneros textuais como potenciais aliados no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, “ao propor a utilização dos gêneros textuais como objeto de ensino para a prática de leitura, produção e sugerem o lugar do texto oral e escrito como a concretização de um gênero.” (SEGATE, 2010, p. 25)

De acordo com a mesma autora, as orientações contidas nos PCN para o trabalho com gêneros textuais oferecem aos profissionais da educação inúmeras contribuições quanto ao ensino da Língua Portuguesa na sala de aula, porém não apresentam aplicações práticas, nem ilustram modos de se desenvolver um trabalho efetivo com os gêneros.

Para Motta-Roth (2010) a perspectiva da linguagem adotada nos PCN é orientada para a vida social e se configura em um avanço, “se comparada à visão estruturalista amplamente adotada na escola anteriormente, em que se definia um programa de curso em termos de categorias da gramática normativa a serem trabalhadas de modo descontextualizado.” (MOTTA-ROTH, 2010, p. 34)

Para Rodrigues (2002), a proposta de abordagem dos PCN para os gêneros discursivos com base em Bakhtin se mostra como um avanço e “abre perspectivas para o tratamento da linguagem como ação social, destacando o continuum das práticas sócio-interacionais que se estabelecem na e pela linguagem.” (RODRIGUES, 2002, p. 51)



4 OS GÊNEROS TEXTUAIS NA BNCC

A partir do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 26 de junho de 2014, seguida da aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge como documento que compõe o conjunto de referências elencando os direitos e objetivos de aprendizagem para as diferentes etapas do ensino básico, e propõe que os estudantes tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

O documento apresenta-se como resultado de um amplo processo colaborativo com diferentes atores do campo educacional e da sociedade. No entanto, as correlações de forças que envolvem a produção do documento estão permeadas de aplausos e críticas por grupos com interesses antagônicos.

Já homologada e em vias de fato, a BNCC ainda encontra resistência e tem sua viabilidade questionada por profissionais da educação no momento de preparação dos processos de planejamento e implementação, como podemos constatar em nossa experiência na gestão da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino em Mato Grosso.

Contudo, como política educacional a BNCC foi idealizada com vistas à unificação e à reforma curricular dos conteúdos mínimos a serem ensinados em todos os estados brasileiros, conforme sugerido pelo Plano Nacional de Educação, e atualmente se constitui como uma referência nacional comum e obrigatória para a elaboração dos currículos e propostas pedagógicas das redes e instituições de ensino. (FELICIO, 2020)

É importante descrevermos que o desenho da BNCC na Área de Linguagens se configura em quatro componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e a Língua Inglesa. No contexto da BNCC, as expectativas colocadas no documento sugerem um comprometimento para o desenvolvimento de competências que permeiam da leitura à escrita na área de Linguagens, e especificamente na Língua Portuguesa, o documento descreve quatro práticas de linguagem: leitura, escrita/produção de textos, análise linguística/semiótica e oralidade.

Na visão de Felicio (2020), o documento dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, em um contexto marcado pelo advento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs)



Diferentemente dos PCN, a BNCC em sua proposta para o ensino de Língua Portuguesa objetiva um ensino mais concreto e menos abstrato, com práticas de textos orais ou escritos contextualizados para o aluno (LIMA, 2020). Embora existam diferenças, é possível observar que a BNCC mantém a mesma concepção dos PCN de Língua Portuguesa no que se refere à centralidade do texto na “definição dos conteúdos, habilidades e objetivos”, na medida em que consideram os gêneros textuais/discursivos que circulam em diferentes esferas/campos de circulação dos discursos. (FELICIO, 2020, p. 33)

Ao avaliar o documento, Marcuschi (2005, p. 19) evidencia que “para desenvolver as competências propostas na área de Linguagens, se torna necessário a contextualização das práticas de leitura e escrita para o aluno.” O mesmo autor avalia avanços no documento ao enfatizar a proposta de trabalho no contexto do multiletramento, para o trabalho com a Língua Portuguesa, na medida em que contempla a diversidade de gêneros textuais: o cânone, o marginal, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, a cultura digital, as culturas infantis e juvenis, de forma a garantir uma ampliação de repertório e uma interação e trato com o diferente”. (BRASIL, 2018 p. 70)

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a Língua Portuguesa na BNCC busca colocar o aluno como protagonista, e no centro do processo ensino aprendizagem, levando em consideração sua experiência em contato com os gêneros textuais. Em outros termos, o documento abarca uma visão cultural e social da linguagem em que o ensino de Língua Portuguesa deve estar voltado para a reflexão sobre o uso da língua de forma contextualizada.

É importante destacarmos que os gêneros textuais aparecem como centralidade na BNCC. E o documento divide os campos de atuação social apresentando os gêneros textuais/discursivos para contextualizar as práticas de linguagem. Estes campos de atuação social são: campo da vida pessoal, campo de atuação na vida pública, campo jornalístico-midiático, campo artístico-literário, campo das práticas de estudo e pesquisa.

A organização dos campos de atuação na BNCC que situa o indivíduo de acordo com o meio social em que vive, se justifica considerando os estudos bakhtinianos acerca dos gêneros discursivos, pois “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (BAKHTIN, 1988, p. 121)

Além da inovação dos campos de atuação, o que surge como novidade na BNCC, temos também a abordagem dos Multi e Novos Letramentos, como já anunciamos, que se refere a uma dupla multiplicidade: a cultural e a de novos textos de caráter multissemiótico/multimodal



que circulam atualmente em diversos suportes (ROJO,2012). Além disto, podemos destacar como novidade as culturas juvenis e multimodais, associadas às novas tecnologias. (REZENDE, 2018, p. 96)

Esta gama de gêneros correspondentes a cada “caixinha” da vida social, que pretende o uso pragmático da língua na BNCC, por meio das diversas linguagens, na visão de Luiz e Rocha (2020) torna o ensino da língua fragmentado e disperso.

Por outro lado, na visão de Toldo e Martins (2020), defendem a ideia de que a escolha por estes campos amplia a participação social e formação cidadã por meio das práticas de linguagem:

[...] deu-se pelo entendimento de que eles completam dimensões formativas importantes de uso da linguagem na e fora da escola, criando condições para a formação integral dos alunos, fomentando a pesquisa, a produção do conhecimento, o exercício da cidadania, a atuação na vida pública e a formação estética. Esses campos de atuação inclusive contemplam um movimento de progressão das práticas de linguagem, partindo das mais cotidianas até as mais institucionalizadas. (TOLDO; MARTINS, 2020, p. 275)

Neste contexto é possível afirmar que a concepção teórica sobre gêneros textuais presentes na BNCC leva em consideração o novo contexto histórico social em que vivemos, e as novas possibilidades das situações comunicativas, com a forma de organização e a finalidade do gênero discursivo. (TOLDO; MARTINS, 2020, p. 277)

As autoras também chamam atenção para outro aspecto muito importante em relação aos gêneros discursivos que deve ser levado em consideração na BNCC, que é o estilo, que envolve a subjetividade do falante que justifica o conceito de gêneros como formas relativamente estáveis e típicas da construção do todo. (TOLDO; MARTINS, 2020, p. 277)

Bortoluzzi (2018), ao investigar a concepção teórica em relação aos gêneros textuais presentes na BNCC, identifica alguns conflitos, pois na elaboração do documento é contemplada a concepção teórica dos gêneros discursivos segundo Bakhtin, levando em conta estudos das situações de produção dos enunciados, dentro de aspectos sócio-históricos de cada sujeito, ao mesmo tempo em que também abarca a concepção teórica de gêneros textuais segundo Bronckart, como sendo sinônimo para gêneros discursivos focados na descrição da materialização ou na forma textual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, podemos perceber que os documentos oficiais constituem um percurso amplo e complexo para se avaliar os gêneros textuais e as práticas de linguagem.



Ao concluir este breve estudo, consideramos que o objetivo proposto foi alcançado, tendo em vista que ao investigar os documentos PCN e BNCC foi possível detectar a concepção teórica que envolve os gêneros textuais. As similaridades, aproximações e distinções sobre a perspectiva teórica nestes documentos, nos apontam as transformações ocorridas sobre as concepções pedagógicas ao longo da elaboração das políticas educacionais na realidade brasileira.

Dentre as aproximações no que se refere às concepções bakhtinianas encontradas em ambos os documentos, é necessário assinalar, que a concepção de gênero de Bakhtin não é estática, como nos adverte KOCH (2002), ao contrário, como qualquer outro produto social, os gêneros estão sujeitos a mudanças, decorrentes não só de transformações sociais, como aquelas oriundas de novos procedimentos de organização e acabamento da arquitetura verbal, mas também de modificações do lugar atribuído ao ouvinte.

Cabe-nos pontuar que a elaboração de políticas educacionais como os PCN e a BNCC não são neutras do ponto de vista político, pois envolvem interesses econômicos, sociais e culturais de determinado momento histórico.

Diante desta constatação, foi possível observar que as perspectivas teóricas que envolvem a descrição de gêneros textuais nos PCN e na BNCC levam em consideração o momento histórico e social, e as tendências acadêmicas no que diz respeito a práticas de linguagem vivenciadas nos seus respectivos períodos de elaboração. A análise aqui realizada está longe de ser finalizada, contudo é possível apontar que os gêneros textuais obtiveram avanços nos documentos oficiais que regem a educação brasileira, pois os PCN endossaram tendências que na época se contrapunham a uma prática de linguagem normativa, o que podemos considerar como avanço.

Também podemos considerar os avanços contidos na BNCC, ao abarcar a importância dos gêneros multissemióticos e o uso das novas tecnologias. Embora os avanços sejam inegáveis, é necessário observar as esferas de atuação prática e embasamento teórico sobre linguagem e ensino da língua. E para um trabalho efetivo com gêneros textuais, este embasamento se faz urgente e essencial.

E finalizamos, afirmando que as concepções teóricas são pontos importantes para serem investigados nos documentos oficiais, contudo para que o trabalho por meio da linguagem e dos gêneros textuais ocorram de forma ativa e responsiva, é necessário que educadores e educandos sejam protagonistas nesse processo. E para que isso ocorra, se faz necessário



oferecer aos profissionais da educação o instrumental teórico necessário, para que possam repensar e ressignificar suas práticas educacionais e pedagógicas efetivando o ensino crítico de gêneros discursivos no quadro da educação básica no território nacional.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, O. A. Dos (et al). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentim. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico em ciência da linguagem [1929]**. Tradução de Michel Lauhud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo, 2004. 196 p
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo, Martins Fontes, 2010.
- BARROS, Eliana Merlim; NASCIMENTO, Elvira Lopes. O gênero “resenha cinematográfica” na abordagem do interacionismo sócio-discursivo. In: SIGET, 3., 2005, Santa Maria, RS. **Anais ...** Santa Maria: UFSM, 2005.
- BORTOLUZZI, Bianca Móra. **Análise da inserção de gêneros discursivos na base Nacional Comum Curricular**. 2018. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão revista. Brasília, MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> acesso em: 25 de junho de 2021
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.
- BRONCKART, Jean Paul.; MACHADO, Ana Raquel. Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional. In: MACHADO, A. R. (Org.). **O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva**. Londrina, PR: EDUEL, 2004. p. 131-163.
- BRONCKART, Jean Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999.
- BRONCKART, Jean Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. 1ª ed. 3ª reimp. MACHADO, A. R.; CUNHA, P. (trad.). São Paulo: EDUC, 2003.
- CAMPOS, Maria Inês. **Bakhtin e o ensino de língua materna no Brasil: algumas perspectivas**. Conexão Letras, v. 11, n. 16, 2016.



CORTEZ, Cinara Monteiro. Gêneros e PCN: Uma reflexão sobre os pressupostos teóricos e práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa. **Revista Escrita**, v. 2010, n. 11, 2010.

DOLZ, Joaquim. & SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. et al. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004, p. 41-70

FELÍCIO, Rosane. UM OLHAR SOBRE CONCEPÇÕES TEÓRICAS PRESENTES NA BNCC, LÍNGUA PORTUGUESA, ENSINO FUNDAMENTAL: A LEITURA LITERÁRIA E OS NOVOS/MULTILETRAMENTOS. **Revista Interfaces**, v. 11, n. 03, p. 40-51, 2020.

KOCH, Ingedore. Parâmetros curriculares nacionais, lingüística textual e ensino de línguas. **Revista do GELNE**, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2002.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001

LIMA, Rodrigo. O ENSINO DO GÊNERO TEXTUAL A PARTIR DA BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II. **Unificada: Revista Multidisciplinar da FAUESP**, v. 2, n. 2, p. 136-143, 2020.

LUIZ, Evando; ROCHA, Silva Soares. Gêneros textuais digitais e as atividades de linguagens em sala de aula. **Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades**, v. 8, n. 2, 2020.

MAGALHÃES, Maria Cecília.; NININ, Maria Otília. A dinâmica discursiva na formação de professores: discurso autoritário ou internamente persuasivo? **Bakhtiniana**, São Paulo, v.9, n.1, p.129-147, jan./jul. 2014. Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2021

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: Definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOREIRA, Priscila; LOURENÇO, Suzany Goulart. OS GÊNEROS TEXTUAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO CURRÍCULO-RÉGUA E A POTÊNCIA DE OUTROS SENTIDOS PARA “COMUM” NOS CURRÍCULOS DIFERENÇA. **Linha Mestra**, n. 30, p. 806-810, 2016.

MOTTA-ROTH, Désirée. O ensino de produção textual com base em atividades sociais e gêneros textuais. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 495-518, out. 2010. ISSN 1982-4017. Disponível em:

http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/347.

Acesso em: 20 jul. 2021.

OLIVEIRA, Adão F. de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. 2010, p.4 (In: OLIVEIRA, A. F. de; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. (Orgs).



Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Góias: Editora PUC, 2010)

PRETTO, Nelson. Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo. **Liinc Em Revista**, 2006 (1). Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v2i1.201>. Acesso em junho 2021.

REZENDE, Neide Luzia. Leitura e escrita literárias no âmbito escolar: situação e perspectivas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 93-105, Aug. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180032>. Acesso em 03 de julho 2021.

RODRIGUES, Bernardete Biasi: A diversidade de Gêneros textuais no ensino: um novo modismo?. In: **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v.20, n.01, p.49-64, jan./jun. 2002

ROJO, Roxane. Pedagogia dos Multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In.: ROJO, R.; MOURA, E. (Orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 11-31.

SEGATE, Aline. Gêneros Textuais no Ensino de Língua Portuguesa. In: **Linha D'Água**, (23), 13-24.2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0i23p13-24>. Acesso em jun 2021

TOLDO, Claudia; MARTINS, Gabriela Schmitt Prym. A BNCC e os gêneros discursivos uma análise das habilidades de língua portuguesa para o ensino fundamental I. **Leitura**, n. 67, p. 269-281, 2020.

TORRES, Haroldo da Gama, Camelo, Rafael e Castro, Maria Helena Guimarães. Dificuldades de Coordenação e Políticas Educacionais no Brasil: O Caso do Ensino Fundamental. **Dados** [online]. 2019, v. 62, n. 4 [Acessado 14 Junho 2021], e20170226. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582019190> Acesso em: 12 jul. 2021